

Direito digital e inteligência artificial influenciando o cotidiano

Digital Law and Artificial Intelligence Influencing Everyday Life

Derecho digital e inteligencia artificial influyendo en la vida cotidiana

Renata Suellen Dos Santos Dantas Rocha¹

Diogo Oliveira Muniz Caldas²

Este trabalho analisa o uso da inteligência artificial, com foco no ChatGPT, e suas implicações legais, éticas e sociais nos contextos acadêmico e profissional. A Inteligência Artificial (IA) é um campo da ciência da computação que desenvolve sistemas capazes de simular a inteligência humana. O ChatGPT, baseado em algoritmos de aprendizado de máquina, é amplamente utilizado em tarefas como redação, tradução e resolução de problemas. Apesar dos benefícios, seu uso levanta questões relacionadas à autoria de obras, violação de direitos autorais e manipulação de conteúdos digitais. Casos como músicas geradas por IA e vídeos falsificados ilustram os riscos associados à desinformação e ao uso indevido de imagem. No ambiente acadêmico, cresce a preocupação com a desonestidade intelectual, levando instituições a repensar métodos de avaliação. O Direito Digital surge como uma resposta à necessidade de regulamentação dessas práticas, buscando assegurar o uso ético da tecnologia e a proteção de direitos fundamentais.

¹ Discente no Curso de Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. Contato: red280502@hotmail.com.

² Doutor em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF), Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Professor do Mestrado Profissional em Ciência do Meio Ambiente da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Professor do Mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor do curso de Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e da Associação Carioca de Ensino Superior (UNICARIOCA). Contato: diocaldas@hotmail.com.

Conclui-se que o uso consciente e regulamentado da IA é essencial para evitar abusos e garantir sua contribuição positiva para a sociedade.

Desenvolvimento

A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação voltado à criação de sistemas capazes de simular a inteligência humana. Por meio dela, máquinas podem executar tarefas complexas, aprender com dados, resolver problemas e tomar decisões de forma autônoma.

A trajetória da IA passou por diversas fases: desde avanços em redes neurais, aprendizado de máquina e sistemas especialistas até momentos de estagnação. No século XXI, o aumento da capacidade computacional e a geração massiva de dados impulsionaram seu desenvolvimento, possibilitando aplicações em diversas áreas.

Os algoritmos são conjuntos de instruções bem definidas e organizadas sistematicamente para resolver problemas ou executar tarefas. Eles são fundamentais para a programação e estão

presentes em diversos sistemas utilizados cotidianamente, como mecanismos de busca e redes sociais.

O ChatGPT é uma IA que utiliza algoritmos de aprendizado de máquina — modelos matemáticos inspirados no funcionamento do cérebro humano — para compreender e gerar textos, realizar conversas, explicar temas, resolver problemas, escrever, traduzir, revisar, entre muitas outras funções.

O Direito Digital não constitui um novo ramo jurídico, mas sim uma adaptação do Direito às novas realidades sociais. Seu objetivo é criar e interpretar normas que assegurem o uso seguro da tecnologia, protegendo direitos

fundamentais. Esse campo abrange temas como crimes digitais, regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contratos inteligentes e o uso da IA.

O uso do ChatGPT tem crescido continuamente, à medida que profissionais e a sociedade em geral descobrem maneiras de incorporar a IA em suas atividades cotidianas, em diferentes áreas de atuação.

No campo dos direitos autorais, músicas inteiramente geradas por IA não são protegidas legalmente, pois a legislação exige que a obra tenha origem humana. Além disso, o uso de músicas criadas por IA pode infringir direitos autorais de obras preexistentes. Para que uma música gerada por IA possa ser protegida, é necessário que haja intervenção humana significativa, com a IA atuando apenas como ferramenta auxiliar. Outro ponto de atenção são as músicas produzidas a partir de bancos de dados já protegidos por direitos autorais. O uso não autorizado desses materiais pode configurar plágio.

O Spotify, plataforma de streaming musical, tem removido músicas criadas por IA que violam direitos autorais e implementado políticas mais rígidas, como novos sistemas de filtragem, divulgação do uso de IA nos créditos e foco no combate às infrações. Apesar disso, o serviço não proíbe totalmente as músicas geradas por IA, desde que sejam utilizadas de forma responsável.

A plataforma reconhece a importância de proteger os direitos autorais e de evitar a disseminação de conteúdos falsos que possam comprometer a experiência dos usuários. Um desafio adicional é a manipulação do sistema por bandas ou artistas criados por IA, que atingem altos índices de reprodução.

Outro aspecto relevante diz respeito ao uso da imagem de uma pessoa em vídeos gerados por IA sem sua autorização, o que é ilegal e pode acarretar sérias consequências. Manipular e divulgar imagens sem o consentimento do retratado configura violação do direito à imagem,

protegido pela Constituição Federal.

O autor pode ser responsabilizado por crimes contra a honra, como difamação, calúnia, injúria, estelionato ou falsa identidade. Além disso, a pena pode ser agravada se o crime envolver violência contra a mulher. A legislação prevê aumento de pena para esse tipo de infração quando cometido com o uso de IA.

Um caso recente envolveu um canal no YouTube que utilizou IA para criar um vídeo falso simulando uma briga física entre as vereadoras paulistas Zoe Martinez e Amanda Vettorazzo. O desentendimento real ocorreu em setembro de 2025 e teve início na rede X, devido a divergências sobre a PEC da Blindagem. A discussão evoluiu para ofensas pessoais, incluindo acusações de xenofobia. Amanda Vettorazzo, que se sentiu ofendida, apresentou representação contra Zoe Martinez na Corregedoria da Câmara. O caso ganhou repercussão na mídia, e o canal que produziu o vídeo manipulado poderá ser processado judicialmente.

No âmbito acadêmico, tem-se observado um crescimento nos casos de desonestidade relacionados ao uso do ChatGPT. Em resposta, professores têm buscado reformular exercícios, adotando versões personalizadas, com componentes presenciais ou práticos. Algumas instituições já consideram o uso não autorizado de IA como infração acadêmica. Educadores relatam que muitos alunos estão utilizando a ferramenta como substituta do processo de reflexão, o que tem gerado grande preocupação. Como alternativa, recomenda-se a adoção de métodos de avaliação mais seguros, como apresentações orais ou provas presenciais, visto que questões online podem ser facilmente respondidas por IAs.

Universidades estão redesenhando atividades para dificultar o uso inadequado dessas tecnologias. Embora os estudantes reconheçam os benefícios do ChatGPT, também percebem os riscos, como a perda da capacidade de pensamento

crítico, a dependência da IA, os desafios à integridade acadêmica e a incerteza sobre quando o uso é permitido.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é apresentar o conceito do ChatGPT, uma inteligência artificial que opera por meio de algoritmos. Essa IA pode ser aplicada em diversas áreas, como educação, cultura, revisão textual, busca por informações gerais, entre outras. Ainda que apresente inúmeras vantagens, seu uso também traz desvantagens. A proposta central é analisar as consequências do uso do ChatGPT nos contextos acadêmico, profissional e social, com foco em aspectos legais e éticos.

Considerações finais

Quais são as implicações legais do uso indiscriminado de ferramentas de IA no cotidiano das pessoas e da sociedade? É fundamental que esse uso seja monitorado para prevenir erros e garantir o respeito às normas éticas e jurídicas.

Tanto acadêmicos quanto profissionais podem incorrer em violações éticas e legais, especialmente no que diz respeito aos direitos autorais, dependendo da forma como utilizam os conteúdos produzidos por IA.

O uso responsável da tecnologia exige atenção às implicações jurídicas e à preservação dos valores humanos fundamentais.

Referências

ALMEIDA Guilherme et al. **Exploring the psychology of LLMs' moral and legal reasoning**, 2024. doi:10.1016/j.artint.2024.104145.

OPENAI. ChatGPT (GPT-4). [S. l.]: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 7 out. 2025

SOUZA Barbara, PONTES Elisangela, VAZ Thales. Inteligência artificial e o direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro, 2023. **GRALHA AZUL – periódico científico da EJUD-PR**.

Os(as) autores declararam que a presente contribuição é original, que não foi submetida a outro periódico e que não identificaram conflitos de interesse ao longo do processo de submissão, avaliação, edição e publicação.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.